O JUDICIÁRIO

JORNAL MENSAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES • ANO VI - Nº 56 - JANEIRO/ FEVEREIRO DE 2011 • WWW.AMC.ORG.BR

Perfil: *O Judiciário* conta a história do desembargador Álvaro Wandelli Filho

Páginas 8 e 9

ESMESC realiza solenidade de entrega de certificados

Página 10

PATERNIDADE

Matéria sobre projeto de SC ganha prêmio

Página 7

LIVRO

Obra homenageia avô de juiz catarinense

Página 15

FUTEBOL

Magistrado destaca benefícios do futebol

Página 12

BACO

Coluna comenta sobre vinhos da Ilha da Madeira

Página 7

AMC investe em melhorias para garantir conforto aos associados

Foto: Bárbara Nunes

Área da churrasqueira ganha amplitude com a construção de um deck de madeira. Outros pontos do local também passaram por reformas

A sede balneária da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) passou, no último ano, por inúmeras reformas em sua estrutura. A intenção é que o associado e seus familiares sejam recebidos em suas férias com o maior conforto e segurança possíveis.

Páginas 4, 5 e 6

Editorial

SEDE BALNEÁRIA

O bom andamento dos trabalhos durante a temporada de verão, o qual pode ser medido pelo grau de satisfação dos nossos associados que freqüentaram a sede balneária da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), demonstra que planejamento é a chave para o sucesso de qualquer gestão.

Durante os anos de 2009 e 2010, visando manutenir o patrimônio, inúmeras melhorias foram feitas no referido espaço, com o objetivo primordial de dotar a nossa sede balneária do necessário conforto e segurança para que os associados pudessem desfrutar deste valioso patrimônio da magistratura catarinense, erguido com muito sacrifício pelas sucessivas lideranças associativas que estiveram à frente da AMC ao longo de todos estes anos.

Entre as inovações, destaque para: instalação de câmeras de vigilância 24h, as quais foram espalhadas pela sede e também dentro do hall de entrada do apartamento; instalação de cerca elétrica ao redor da propriedade, buscando maior segurança aos associados; sob este tópico, ainda, manutenção constante de vigias durante os períodos noturno e diurno; reforma dos três parques infantis; reforma dos sofás, cortinas, boxes dos banheiros, armários aéreos de cozinha e geladeiras; janelas novas e pintura do prédio de apartamento, garagens e casas; pisos novos para a garagem da casa 13; realização de serviço completo de jardinagem e cuidados especiais aos canteiros. A diretoria da AMC promoveu também uma ampla reforma na área onde fica a churrasqueira, construindo um novo deck de madeira, espaço que tem sido bastante utilizado pelos associados. Além disso, foram efetuadas as trocas dos pisos, luminárias, pias, lavação do telhado e ajardinamento, recuperação das casas de alvenaria, pintura das casas, lavação dos telhados, reconstrução do paredão e recuperação da quadra de tênis. E para este ano está programada a criação de uma área arborizada ao lado do camping. Segue também em andamento o projeto de revitalização da área destinada à cozinha do camping, cujo início das obras está previsto para março deste ano.

> ***"Durante os anos de 2009 e 2010, visando manutenir o patrimônio, inúmeras melhorias foram feitas"***

Além das obras físicas, a diretoria da AMC preocupou-se também em oferecer lazer e diversão para os filhos dos associados. Repetindo o sucesso alcançado com a Colônia de Férias, realizada em julho do ano passado, a Associação renovou a parceria com a empresa de recreação Saltimbancos Animação, para ofertar ao público infanto-juvenil (e inclusive adulto) inúmeras atividades e atrações artísticas. Neste ano, a AMC se prepara para oferecer novamente a Colônia de Férias aos associados, onde as crianças poderão ficar duas semanas aproveitando ao máximo as férias de junho/julho na própria sede da Cachoeira do Bom Jesus.

A sede balneária da AMC, aliás, constitui-se num capítulo a parte na história associativa da magistratura catarinense, razão porque vem merecendo de todas as gestões especial atenção. Desde a doação do terreno, pelo então governador Colombo Machado Salles, no início da década de 70, passando pela construção da sede, nos primeiros anos da década de 80, até os dias de hoje, muito foi feito no local para atender da melhor forma todos os associados da AMC.

Cartas

Para mim "O JUDICIÁRIO" é indispensável para o exercício da advocacia, o qual tenho a honra de recebê-lo mensalmente. Sem ele perderia o perfil do Poder Judiciário Catarinense - como então aqui advogar?

Desde já agradeço.

• Irianei Silveira de Souza, advogado em Sombrio-SC e região.

Li com grande prazer, como de costume, a entrevista com o juiz aposentado Waldemiro Simões de Almeida. Aproveito o espaço para cumprimentar a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) por esta brilhante iniciativa, qual seja, de trazer à tona um pouco da rica história dos magistrados catarinenses.

Parabéns também a toda equipe do jornal O Judiciário, pelo belíssimo trabalho desenvolvido.

• Maxton de Souza, empresário.

Memória

Arquivo AMC

Momento de distração dos juízes Flávio Dell'Antômio, Mauro Ferrandin, Solon D'Eça Neves, Sílvio Franco, Marcelo Carlin, Jefferson Zanini e Fulvio Borges Filho durante I Encontro Nacional de Juízes Estaduais, realizado de 28 a 30 de novembro de 2002, em Balneário Camboriú, Santa Catarina

AMC Associação dos Magistrados Catarinenses

Rua dos Bambus, 116 - Itacorubi,
Florianópolis/SC. CEP: 88034-570
Telefone: (48) 3231.3006
www.amc.org.br | imprensa@amc.org.br

Diretoria Executiva

Presidente - juiz Paulo Ricardo Bruschi
1º vice-pres. - juiz Sérgio Luiz Junkes
2º vice-pres. - juiz Irio Grolli

Sec. Geral - juiz Jefferson Zanini
1º sec. - des. subst. Túlio José Moura Pinheiro

Tesoureiro - des. José Antônio Torres Marques
1º Tes. - juiz Luiz Antonio Zanini Fornerolli

O JUDICIÁRIO

Ano V, nº 55 - Dezembro/2010

Tiragem: 3 mil exemplares

Impressão: Gráfica Rio Sul

Distribuição Gratuita

Jornalista responsável
Fabrício Severino/ SC01061-JP

Produção e Edição
Fabrício Severino e Bárbara Nunes

Colaboração
Assessoria de imprensa do TJ/SC, AMB e Conjur

Projeto gráfico
Amanda Mariano

Diagramação
Bárbara Nunes

ADVOGADOS CRIMINALISTAS

IRIANEI SILVEIRA DE SOUZA *

Alguém já disse: "Os culpados não merecem advogados, os inocentes, não precisam." Lamentável tal assertiva, mas ainda há quem pense assim, e quando por um infortúnio vêm arrastados para um processo como réus (seja por envolvimento em um acidente de trânsito, um exercício de legítima defesa, alvo de calúnia imputando crime que desonra, et alli), são, espantosamente, os que mais exigem as garantias constitucionais penais (cite-se, v.g., a garantia do devido processo, da ampla defesa, do direito ao contraditório, da presunção da não culpabilidade, entre tantos outros que compõem o manancial de direitos/garantias de nosso sistema jurídico) e passam a ver o advogado como figura indispensável à suas vidas. Dizem: Doutor, sou inocente (não sabem, melhor que soubessem, que 90% da clientela inicia a conversa com esta frase). Dizem mais: Só o senhor. pode me ajudar. O certo é que não se processam só réus culpados, e mesmo que fosse (o que seria impossível – e o processo perderia a razão de ser), existem culpados e culpados, havendo o juiz, quando da sentença, individualizar a pena – mais um direito para evitar abusos.

Ora, vivemos numa época em que a figura do advogado é indispensável à administração da justiça - mandamento constitucional. E por que tamanha exigência? Será que é para manter o mercado de trabalho para os advogados – até porque um universo significativo dos legisladores pertencem a esta classe? Óbvio que não. Seria uma tolice alimentar tal ideia. Acontece que a referida exigência traz em seu cerne interesses maiores da própria sociedade, para proteger os cidadãos de abusos do Estado (Estado/Juiz, Estado/Promotor de Justiça, Estado/Delegado de Polícia e Estado/ prepostos menores, a exemplo de Policiais Militares e/ou Agentes Civis independente de graduação), que mantém o monopólio da justiça criminal. Aliás, não sejamos ingênuos em acreditarmos que não há abusos. Há, e muitos, inclusive dolosos/criminosos, tanto que para esses casos há lei específica que tipifica a conduta denominada como crime de ABUSO DE AUTORIDADE (Lei nº. 4.898/65), outros, por mero erro de interpretação legal, o mais comum e corriqueiro, sendo difícil o processo que não ocorra. Também para proteger-se de abusos, há a figura do crime de tortura, com agravamento de pena tratando-se o agente de funcionário público (art. 1º, § 4º, da lei nº. 9.455/97). Logo, que abusos existem, existem, conscientes ou inconscientes, não importa – a Justiça é feita por seres humanos, e seres humanos erram. Certo que a missão do advogado criminalista, numa visão holística, é defender o acusado e seus direitos, não o crime. Que acusado? Qualquer acusado, de qualquer crime. Até porque ninguém, frise-se, ninguém pode ser acusado sem advogado – direito indisponível. E que direitos se defendem? Constitucionais ou equiparados (Tratados Internacionais como, por exemplo, a Convenção Americana de Direitos Humanos, 1969 – Pacto de São José da Costa Rica), valendo, entre estes a regra interpretativa do pro-homine (v. GOMES, Luiz Flávio. Direito dos Direitos Humanos e a regra interpretativa do "Pro homine". Disponível em: http:/www.blogdolfg.com.br.18 julho.2007), e infra-constitucionais (leis ordinárias). Cumpre salientar, e diga-se com todas as letras: defende-se os direitos não somente daquele réu naquele processo, mas os direitos que qualquer membro da sociedade teria caso fosse processado. Então, na defesa de qualquer réu, é o meu direito, o seu, o do próximo, ou do cidadão mais distante sob a jurisdição, que está em jogo, que o advogado criminalista busca fazer valer, opondo-se sobre qualquer abuso, leia-se, negativa de direito. Direitos existem para serem exercidos, exatamente em tais situações. É de bom siso evocar que os advogados criminalistas não inventam nada. Apenas, diante o caso que lhes é apresentado, servem-se do banquete legislativo oferecido a todos, indistintamente (todos são iguais perante a lei – outro mandamento constitucional), matando a sede da justiça, imanente a todo ser humano. Nessa toada, oportuno lembrar uma passagem de Sua Excelência Dilma Rousseff, então candidata a Presidência da República que, ao ser indagada se o caso Erenice Guerra tinha relação com sua campanha ou com ela, respondeu: "Onde esta a prova de que eu esteja envolvida neste caso? É importante, no Brasil, que a gente não perca a referência das conquistas da civilização, de se provar que uma pessoa esta envolvida, e não de ela provar que não está." (Jornal Correio do Povo – POA/ RS, 17/09/10, Pg. 03). E aí reside a necessidade de advogado para, então, evitar abusos (no caso, não reconhecimento do princípio da não culpabilidade, da não inversão do ônus da prova), fiscalizar a coleta da prova que, também por mandamento Constitucional (art. 129, I), há de reger-se pelo sistema acusatório. Nesse sistema, cabe ao acusador/Ministério Público a função de promover, privativamente, a ação penal pública. Consequentemente, o juiz foi afastado da persecução penal/ investigação o que, ainda, é uma falácia - vide lições de PAULO RANGEL, Promotor de Justiça, Mestre em Ciências Penais, Doutor em Direito, Professor da UERJ, in obra Direito Processual Penal, 17ª Edição, Lumen Juris Editora, RJ, 2010, pp. 52-71. De fato, o juiz não é parte no processo, devendo, assim, primar pela imparcialidade, um dos pilares da Judicatura. A regra do jogo é muito simples: um acusa, outro defende e outro julga, não podendo um agente usurpar a função do outro. Parece simples, mas, como dizia Francesco Carnelutti: "As coisas mais simples, são as mais difíceis de entender". (As Misérias do Processo Penal, Tradução de José Antônio Cardinalli. - Campinas-SP, Bookseller, 2001, p.29).

> ***"Defende-se os direitos não somente daquele réu naquele processo, mas os direitos que qualquer membro da sociedade teria caso fosse processado. "***

Concluindo: Cumpre ao Defensor, não importando a imputação ao acusado – se equiparada a crime hediondo ou não – a nobre e árdua missão de garantir a plena aplicação de todo o arcabouço de direitos e garantias direcionadas ao cidadão que esteja respondendo por um processo penal. Aliás, deve o advogado zelar por tais garantias/direitos por um dever de ofício, sob pena, inclusive, em caso de negligência, não só sofrer sanções administrativas, mas ver-se substituído de ofício pelo Juiz (então garantidor dos direitos constitucionais, diga-se, sua missão primordial), a fim de possibilitar uma justa sentença de mérito que consubstancia, em apertada síntese, na tarefa de aferir as provas, observado-se o devido processo legal, melhor, o devido processo penal constitucional (a expressão legal parece-me dizer mais respeito ao regramento ordinário quando, na verdade, o processo deve estar efetivamente subordinado ao regramento constitucional – sobretudo diante das inúmeras passagens da lei ordinária, que ferem a Constituição). Com o profissional assim agindo, ganha o acusado, mas em primeira mão a sociedade que não pode, quando o réu não lhe é simpático (e isso é comum, inclusive, nestas situações o advogado, por vezes, é confundido com a pessoa do acusado, amargando hostilidade, esquecendo-se a sociedade que o advogado criminalista está para o acusado, como o padre para o pecador), cercear-lhe direitos, pois assim agindo, literalmente, como um ser isolado, dar-se-ia "um tiro no próprio pé.". E não se faça uma pergunta tola, hoje muito em voga: De que lado esta o defensor: do bem ou do mal? Só pode estar de um lado, aliás, no processo, tanto a acusação como a defesa, caminham ambas só para um lado, o da Justiça. Fecho o presente, com uma pequena historinha: Um experiente advogado deu os autos de um processo crime a seu estagiário, para que rascunhasse uma peça de alegações finais. Passado horas, retornou o aprendiz dizendo-lhe que era um caso de réu indefensável, confesso, e nada havia nos autos que lhe aproveitasse. Então, o calejado causídico, pediu-lhe que voltasse analisar o feito, com "olhos de defesa".

Ora! Compreende-se o zelo do profissional, pois, naqueles autos, estavam em jogo, não somente os direitos daquele réu, mas os meus, os seu e de toda a coletividade, inclusive daquele estagiário, caso, mais cedo ou mais tarde necessitasse. Evocando-se que, abrindo-se mão hoje dos direitos daquele réu, amanhã seriam os direitos de outro, depois os direitos de mais outros, e quando precisássemos, esvaíram-se as garantias, e foram-se as conquistas da civilização – culpa dos advogados criminalistas que não souberam oporem-se aos abusos. Veja, tamanha a responsabilidade dos Causídicos Criminais, guardiões da liberdade e da honra – tem maior patrimônio a proteger?

*** ADVOGADO EM SOMBRIO-SC E REGIÃO.**

Sede balneária AMC recebe melhorias para o conforto do associado em férias

Diversos pontos do local passaram por reformas. Diretoria também investiu em equipamentos de segurança

A sede balneária da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) passou, no último ano, por inúmeras reformas em sua estrutura. A intenção é que o associado e seus familiares sejam recebidos em suas férias com o maior conforto e segurança possíveis.

Em outubro do ano passado, a diretoria da AMC promoveu uma ampla reforma na área onde fica a churrasqueira, construindo um deck de madeira, que conferiu amplitude ao local, avançando inclusive em direção ao lago. Foram também efetuadas as trocas dos pisos, luminárias, pias, lavação do telhado e ajardinamento.

Na época, o presidente da AMC, juiz Paulo Ricardo Bruschi, anunciou que as reformas iniciariam em 2011, porém mal começou o ano e grande parte da reforma já foi realizada. Câmeras de vigilância 24h foram espalhadas pela sede e dentro do hall de entrada do apartamento, os muros ganharam cercas elétricas, visando dar maior segurança aos hóspedes; os três parques infantis foram reformados, ficando mais bonitos e seguros para o divertimento das crianças; a quadra de tênis foi recuperada e o paredão reconstruído; os sofás, os boxes dos banheiros, os armários aéreos de cozinha e as geladeiras, são todos novos e fazem com que o conforto e a praticidade sejam ainda maiores; as casas de alvenaria foram recuperadas, as casas ganharam pintura nova, os telhados foram lavados; as garagens ganharam pisos novos; e os jardins e canteiros enfeitam e garantem um colorido todo especial à vila da associação.

E, de acordo com o presidente da AMC, as melhorias não vão parar por aí. Após a temporada de verão está prevista a criação de uma área arborizada ao lado do camping. "A idéia é criar um espaço onde o nosso associado possa ficar ainda mais integrado com a natureza. Um local onde as pessoas possam passar momentos agradáveis, protegidas do sol, enfim, aproveitando para colocar a conversa em dia junto dos familiares e amigos", enfatiza o magistrado.

Fotos: Bárbara Nunes

Espaço que abriga restaurante e centro de eventos também passou por reformas

Horta criada pela esposa do presidente da AMC, senhora Sandra Bruschi, agradou frequentadores

Associados aproveitam temporada para preparar tradicional churrasco

Obras de revitalização do camping devem começar em março

Prédio de apoio ao camping passará por mudanças, com o objetivo de torná-lo mais útil aos freqüentadores da sede balneária da AMC

O presidente da AMC, juiz Paulo Bruschi, juntamente com o diretor da sede balneária, juiz Paulo Tzelikis, já estão dando andamento ao projeto de revitalização da área destinada à cozinha do camping, cujo início das obras está previsto para março deste ano.

Hoje, o prédio é usado como apoio aos campistas, contendo no piso inferior duas cozinhas e dois vestiários, além de uma área aberta. O piso superior é divido em uma área de academia, uma sauna, dois banheiros e três salas vazias. A intenção é transformar a parte superior em quatro apartamentos, para disponibilizar aos associados. A parte inferior receberá a academia na área em que hoje é aberta e as cozinhas e os vestiários continuarão nos mesmos lugares, apenas receberão reforma.

Associados aprovam recreação com orientação de profissionais

As tardes de verão estão sendo inesquecíveis para os filhos dos magistrados hospedados na sede balneária. A Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) fechou parceria com a empresa de recreação Saltimbancos Animação (a mesma que coordenou com grande sucesso a Colônia de Férias em 2010), que conta com o auxílio de uma equipe qualificada capaz de oferecer uma variada gama de atividades e atrações artísticas para todos os públicos.

Além das brincadeiras infantis, o grupo de recreação atende o público jovem e adulto, oferecendo auxílio em jogos de cartas, esportes e até hidroginástica.

As crianças e adolescentes ficam sob a responsabilidade dos "tios", como preferem chamar os profissionais, deixando os pais livres para poderem curtir toda a estrutura da sede balneária sem se preocupar com a segurança dos filhos.

Neste ano, a AMC se prepara para oferecer novamente a Colônia de Férias aos associados, onde as crianças poderão ficar duas semanas aproveitando ao máximo as férias de junho/julho na própria sede da Cachoeira do Bom Jesus.

"Gosto de brincar com os recreadores e ir à piscina. O legal é que aqui nós fazemos muitos amigos"

Isadora Luciano (8 anos)
Afilhada da juíza Caroline B. F. Teixeira

Clima descontraído envolve toda a garotada, que se diverte, também, em partidas de truco

Aulas de hidroginástica oferecidas durante a semana atraem pessoas de todas as idades

Jogo de cartas é o preferido em dias de chuva

Cama elástica fica lotada em dias de sol

Profissionais de Educação Física orientam todas as brincadeiras dentro e fora d'água

Piscina da sede balneária faz a alegria de pais e filhos durante a temporada de verão

Jantar na sede balneária

Fotos: Bárbara Nunes

AMB premia matéria sobre projeto de SC

Juiz Sílvio durante palestra em escola participante

O juiz catarinense Sílvio Dagoberto Orsatto acompanhou, no dia 15 de dezembro, a entrega do prêmio AMB de Jornalismo. A matéria "Em busca do pai", escrita pela jornalista Solange Azevedo (IstoÉ) venceu na categoria Nacional Revista. O texto faz uma abordagem sobre o trabalho desenvolvido pelo Instituto Paternidade Responsável, idealizado pelo magistrado catarinense e em pleno funcionamento em Santa Catarina. O projeto tem como diferencial não só a busca pelo reconhecimento da paternidade, mas também o estabelecimento do vínculo entre pais e filhos.

Para o magistrado, a premiação "é o reconhecimento de que a metodologia de aplicação do projeto tem eficácia na busca pela responsabilidade da paternidade". Segundo Orsatto, a visibilidade alcançada pelo projeto em âmbito nacional torna o debate ainda mais atual, sobretudo no que se refere à ligação direta entre a negligência da paternidade e o envolvimento de crianças e adolescentes com o uso de drogas.

O Instituto Paternidade Responsável – P.A.I., pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, foi constituído em 4 de junho de 2004, com objetivo de viabilizar a missão do Programa Paternidade Responsável (PPR) idealizado pelo juiz de Direito Sílvio Dagoberto Orsatto, titular da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Lages.

Numa iniciativa do Programa de Modernização da Vara da Fazenda instituído como um projeto de qualidade para viabilizar a gestão do referido magistrado naquela unidade jurisdicional, foi elaborado o Programa Paternidade Responsável.

A idéia de dar efetividade à Lei n. 8.560/92 e possibilitar uma alternativa ao tortuoso caminho da via judicial para o reconhecimento da paternidade foi o fator desencadeante. No Brasil, de acordo com o censo do INEP de 2009 existem 4.869.363 (quatro milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, trezentos e sessenta e três) alunos que não tem o nome do pai na certidão de nascimento.

O Instituto Paternidade Responsável de 2004 a outubro de 2010 realizou 921 reconhecimentos voluntários através da conciliação sem ser necessário o processo judicial. São muitas pessoas atendidas direta e indiretamente. Vale lembrar que o Instituto já atendeu mais de 50 mil pessoas. Sendo que dentre elas, conciliação nas famílias, pessoas pedindo informação, nas apresentações em escolas públicas, particulares e empresas privadas. "O Instituto não atende somente casos que já aconteceram. Hoje o carro chefe é a conscientização e prevenção. A atuação na raiz do problema para que assim evitemos situações de conflitos e que tenham que ser remediadas", explica o juiz.

Para o juiz Sílvio Orsatto, "as crianças não podem responder nem pagar pelos atos dos seus pais. Toda criança precisa do apoio e da convivência com eles como direito natural. A idéia de ampliar a consciência social pela paternidade responsável é uma iniciativa louvável, que deve contar com o apoio e a parceria de todos".

COLUNA DE BACO

- Madeira, o "vinho de roda" ou de "torna-volta" -

Edson Nelson Ubaldo*

✔ **Nota: Escrevi este artigo em homenagem à médica Margarita Augusta Baggio e Ubaldo,minha filha, que, apesar de abstêmia, de uma visita à Ilha da Madeira presenteou-me com duas raridades até hoje intactas: um Terrantez 1969 e um Bual 1845. Sim, da safra de mil oitocentos e quarenta e cinco!**

A Ilha da Madeira, descoberta em 1419 por Zarco, um dos pilotos da famosa Escola de Sagres, criada pelo Infante D.Henrique, o Navegador, filho do Rei de Portugal, tornou-se ponto avançado de reabastecimento das naus lusas que "por mares nunca dantes navegados" partiam para suas conquistas e descobertas de novos mundos. D. Henrique, em que pese o elogioso epíteto, em verdade jamais navegou. Mas sua visionária inteligência e sua crença inabalável nas riquezas que outras terras poderiam oferecer a seu país pequeno e pobre, fez com que a seu observatório plantado no rochedo da Ponta de Sagres acorressem os mais reputados astrônomos e os mais corajosos navegadores da época.

A descoberta da Ilha da Madeira foi sua primeira grande conquista, à qual se sucederam, décadas depois, o desbravamento do caminho das Índias por Vasco da Gama e o descobrimento do Brasil por Cabral. O Príncipe tratou de povoar a pequena e rochosa ilha, então recoberta por densa floresta - daí o nome que recebeu. Em 1445 D.Henrique enviou aos novos colonos as primeiras mudas de vinha, da variedade Malvasia de Cândia, que se adaptou à perfeição. A seguir foram introduzidas outras variedades portuguesas, com maior ou menor sucesso, que deram origem a um vinho notável e único, bebido com unção nas mesas da realeza européia e dos políticos que forjaram as nações do novo mundo. George Washington e demais signatários do Ato de Independência que criou os Estados Unidos, em 1776, celebraram o evento com um cálice de vinho Madeira. Bem antes, em 1478, o rei inglês Eduardo IV condenou à morte o Duque de Clarence (Georges Plantagenet), irmão do futuro rei Ricardo III, por conspiração. Por sua posição na Corte teve o "privilégio" de escolher a forma de execução: optou por morrer afogado numa pipa de vinho Madeira Malmsey (Malvasia). Em agosto de 1815 Napoleão Bonaparte passou pela ilha rumo ao exílio em Santa Helena. O Cônsul inglês Henry Veitch ofereceu-lhe uma pipa de Malvasia, mas o Imperador derrotado, temendo envenenamento, jamais a abriu. Após sua morte, em 1821, o Cônsul obteve a devolução do presente. Em 1840 seu conteúdo foi engarrafado sob a denominação de "Battle Waterloo", para gáudio dos colecionadores. Numa visita à ilha em 1950, Winston Churchil não só bebeu como ainda ganhou algumas garrafas dessa raridade.

Mas, a que se devem essas qualidades raras que tornou esse vinho tão reputado ? Vários são os fatores, além das variedades que o tempo selecionou como as mais adequadas. A ilha é formada, em grande parte, por montanhas íngremes e escarpas abruptas, dispondo de poucas áreas planas, próximas do mar, as famosas "fajãs" de onde saem os melhores vinhos. Essa dura geografia levou os colonos à construção de terraços semelhantes aos das encostas do Douro, sustentados por muros de pedra bruta - um trabalho exaustivo, de muito sacrifício, paciência e persistência. O calor tropical e suas variações microclimáticas ditadas pelas diferenças de altitude e pelo regime de ventos, levam as uvas a um invejável grau de maturação que, no caso da Malvasia, aproxima-se do estado de passa, com grande concentração de açúcares. O vinho que daí se extrai é quase um licor.

Contudo, o Madeira passou por algumas transformações até chegar às condições atuais de estrutura, aromas, sabores e buquês. Surpreendente e diferente desde as primeiras vindimas, tornou-se mercadoria indispensável a todas as naus que aportavam à ilha, tanto para consumo da tripulação quanto para revenda ou escambo. Milhares de escravos foram comprados a troco de pipas de Madeira. Seu elevado grau alcoólico natural garantia-lhe duração mais longa que a dos vinhos do continente, qualidade importante para viagens marítimas que consumiam meses. Comandantes ingleses, em suas longas viagens rumo às Antilhas ou à Índia, notaram que o vinho das pipas armazenadas nos porões melhoravam após alguns meses, sob a ação da umidade e do calor dos trópicos. A prática generalizou-se, com barcos lotados de pipas fazendo esses demorados trajetos exclusivamente para melhorar a qualidade, o que aumentava o preço. Esses vinhos ficaram conhecidos como "vinhos de roda" ou de "torna-volta". A demanda aumentava, mas o processo exigia 7 ou 8 meses de viagem. Para reduzir o tempo desse envelhecimento os comerciantes da ilha criaram estufas alimentadas por fornalhas, nas quais o vinho atingia a maturidade desejada ao cabo de 3 meses. Hoje as empresas utilizam energia elétrica e temperatura controlada nas estufas, assegurando qualidade homogênea. A adição de aguardente vínica para fortificar e dar longevidade ao Madeira foi invenção dos ingleses, a partir de meados do séc. XVIII, e se mantém até hoje como característica essencial da tipicidade desse maravilhoso vinho.

Em meados do séc. XIX os vinhedos foram atacados pelo oídio (doença fúngica vinda da Europa) e logo a seguir dizimados pela Philoxera vastatrix (larva devoradora da seiva das raízes), introduzida por porta-enxertos americanos aos quais não causa maiores danos. A solução imediata foi a substituição das velhas cepas por castas nativas dos Estados Unidos (Isabel, Niagara, etc.), fato que redundou na degradação da qualidade. No quarto final do séc. XX o governo português, através da criação do Instituto do Vinho da Madeira (1979), deu início à revitalização das cepas tradicionais, de tal sorte que hoje esse maravilhoso rubinéctar retomou o caminho que o consagrou.

Numa breve síntese, os vinhos licorosos e generosos provêm das castas Sercial (ou Cerceal), Boal (ou Bual), Verdelho, Malvasia e Terrantez. Esta última é uma preciosa raridade, que por pouco não se extinguiu. Dela até hoje se diz: "As uvas de Terrantez/não as comas nem as dês/para vinho Deus as fez" A qualidade designa-se por: Garrafeira (ou Frasqueira) Superior, Reserva, Velho (Old, Vieux), Reserva Velha, Muito Velho (Old Reserve, Very Old), Reserva Especial (Special Reserve), Seleccionado (Selected, Choice, Finest), Solera, Canteiro e Colheita (datada). A indicação da idade é de 3, 5, 10, 15 e 20 anos. Quanto ao grau de doçura: Seco (Dry), Meio-Seco (Medium-Dry), Meio-Doce (Medium Sweet) e Doce (Sweet). Quanto à cor: Muito Pálido (Extra Pale e Light Pale), Pálido (Pale), Dourado (Golden), Meio-Escuro (Medium Dark) e Escuro (Dark). Corpo e sabor são definidos como: Leve (Light Bodied), Encorpado (Full ou Full Bodied), Fino (Fine), Macio (Soft), Aveludado (Luscioun) e Amadurecido (Mellow). Os tipos seco e meio-seco são ótimos aperitivos. Os mais adocicados são bebidos à sobremesa e se casam às maravilhas com os delicados produtos da confeitaria portuguesa.

Na atualidade cultivam-se na ilha cerca de 1.900 ha de vinhas, que produzem pouco mais de 3 milhões de litros/ano. O comércio do Madeira está nas mãos de 9 empresas, 6 originárias de tempos ancestrais e apenas 3 criadas no séc. XX. Brasil, Estados Unidos e Inglaterra estiveram entre os maiores compradores, mas hoje esse posto pertence a França e Japão.

*Desembargador aposentado-TJSC.

Minha história...

Ele se define como uma pessoa que procura, nas oportunidades que a vida oferece, compreender esse universo em que estamos inseridos. Por isso estuda incessantemente, porque sabe que quanto mais se estuda, mais ele se dá conta de que precisa saber. "Quanto mais aprendo, mais sei que nada eu sei, porque o conhecimento é infinito. E o caminho é esse mesmo. Temos que trilhar essa senda do conhecimento adquirindo cada vez mais sabedoria para podermos nos comportar e agir mental e objetivamente com mais segurança, mais firmeza e mais perfeição. Ainda que a gente saiba que somos imperfeitos, pois perfeição só existe na inteligência absoluta que é Deus. O homem jamais pode pensar que é um ser perfeito. É um ser em evolução"...

E com essas palavras o desembargador aposentado Álvaro Wandelli Filho encerrou aquela entrevista, concedida numa das tardes mais quentes do verão catarinense. Em sua varanda, com vista privilegiada para a bucólica Praia da Solidão, localizada ao Sul da Ilha de Santa Catarina, conversamos por mais de uma hora. Ele acomodado numa rede e eu ao seu lado, sentado bem próximo, atento para escutar tudo que ele tinha para me dizer. Ouvi não só a descrição de uma trajetória profissional de sucesso, mas, sobretudo, o relato encantador de uma alma em evolução, que dedicou sua vida à compreensão da existência humana e transformou este mister em sua grande razão de viver...

Filho de Álvaro e Olga Wandelli, o desembargador aposentado Álvaro Wandelli Filho nasceu no Rio de Janeiro, no dia 17 de setembro de 1934. Passou a infância e a juventude no bairro central de Nova Iguaçu e, posteriormente, em Jacarepaguá, zona norte do Rio. Aos 18 anos, ele ingressa na Aeronáutica, onde fez o curso de rotas aéreas, que o credenciou para atuar na área de meteorologia. Wandelli passou a trabalhar nesta função, no Aeroporto Santos Dumont, no RJ. Aos 20 anos, ele resolveu respirar novos ares. Quis seguir para o Sul do país. Parte então para Porto Alegre, com a missão de ocupar o mesmo posto no aeroporto Salgado Filho. Em 1956, o aeroporto Hercílio Luz necessitava de um profissional da mesma área. No começo, Álvaro Wandelli relutou em aceitar a incumbência.

Não que esta profissão não lhe agradasse, mas o fato é que Wandelli já acalentava o sonho de um dia ser magistrado. Decidiu então fazer o curso de Direito em Florianópolis. Inscreveu-se e foi aprovado para ser aluno daquela que seria a primeira turma do primeiro curso Direito da futura Universidade Federal de Santa Catarina. Wandelli começou a fazer parte, então, da gloriosa Faculdade de Direito de Florianópolis (precursora da UFSC), que funcionava, como todos sabem, nos altos da Rua Esteves Júnior (a famosa "Alfaiataria do Didico"). O ano era 1957. E a formatura da primeira turma deu-se em 1962.

Álvaro Wandelli Filho ingressa na magistratura catarinense em 1967. Antes, porém, advogou por quase três anos e foi promotor de Justiça no Paraná, onde atuou na cidade de Pitanga. Por lá ficou quatro meses. Ato contínuo, prestou novo concurso, desta vez para o Ministério Público de Santa Catarina, indo parar na distante comarca de Xaxim. "Eu estava aguardando que abrisse o concurso (do Ministério Público) em Santa Catarina, pois a família toda estava aqui. Mas como não saía nunca esse concurso, fui fazer no Paraná. Passei e assumi a comarca de Pitanga. A minha esposa ficou aqui com os meus filhos (na época eram três filhos, hoje são cinco). Fiz o concurso aqui no Estado e passei (comarca de Xaxim). Aí reuni toda a minha família no Oeste catarinense, onde fui promotor um ano e pouco", conta.

Em 1967 sai o concurso da magistratura e, finalmente, Wandelli pode concretizar o seu sonho. "Corri muitas comarcas no interior do Estado. Do meu concurso passaram o Alberto da Costa, Maurício D'Ávila, entre outros. Minha primeira comarca foi Orleans, em 1967. Depois passei por Sombrio (final de 1967), Capinzal (1971), Xanxerê (final 1971), Jaraguá do Sul (1974), Tubarão (1977), Vara de Execuções da Capital (1988) até assumir como desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, onde fiquei de 1992 até 2000. Depois me aposentei para cuidar dos meus interesses familiares e também porque minha esposa não estava muito bem de saúde na época. Eu já estava com 65 anos e também queria me dedicar mais à literatura, poesia, ciências, escolas esotéricas de onde até hoje sou membro", ressalta. Ao todo, foram 33 anos de magistratura, dois anos como promotor de Justiça e mais dois de advocacia.

Concomitantemente, Álvaro Wandelli também exercia o magistério. No início, ministrava aulas de língua portuguesa. Depois, já como magistrado, passou a dar aulas nos cursos de Direito. Deu aulas na Unisul, em Tubarão, bem como foi, por 10 anos, titular da cadeira de Execuções Penais na Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC), onde mesmo depois de aposentado do Tribunal de Justiça continuou lecionando, até 2007.

A experiência na Comarca de Pitanga (PR) lhe abriu a oportunidade para aprofundar seus conhecimentos em relação ao Direito, sobretudo na área penal. Como todo neófito, Wandelli teve que se debruçar sobre os códigos de Direito Penal e de Processo Penal. "Em Pitanga, verifiquei que poucos anos antes a estatística demonstrava a existência de mais de um homicídio para cada dia do ano. Estou falando só de homicídio, sem contar pequenos furtos, roubos, e outros delitos. Já era um número de crimes bastante alto para a época. E foi ali que eu aprendi realmente a ser promotor de Justiça. Tanto que quando eu fiz o concurso para promotor de Justiça em Santa Catarina eu nem precisei estudar, porque o meu estudo foi na prática adquirida no Paraná", destaca.

Foto: Fabrício Severino

Magistrado curte temporada de verão na bucólica Praia da Solidão

Para Wandelli, cada área tem as suas próprias idiossincrasias e o grau de dificuldade para atuação em cada uma delas vai depender do próprio profissional. "O promotor de Justiça é responsável pela acusação oficial. Então ele deve ficar vigilante e ter estudado bem o processo para não cometer injustiça. Ele precisa apresentar a denúncia conforme os termos da lei, demonstrando o grau de culpabilidade de acordo com o que dizem as provas dos autos processuais. Se ele amolecer pode levar a uma solução injusta, então o promotor tem uma responsabilidade grande. O juiz, por sua vez, deve acolher e sentir a tese mais correta dentro dos autos e fazer o julgamento mais justo. A última palavra é do juiz. Portanto, até certo ponto, é de supor que a responsabilidade maior seja deste profissional, que tem que dar a última palavra, a qual, por isso mesmo, deve ser a mais precisa possível", ensina.

No TJ/SC, Wandelli não teve muitas dificuldades, pois quando assumiu como desembargador já trazia consigo a experiência adquirida como substituto no 2º grau de jurisdição. "Naquela época não havia o cargo de juiz de Direito de 2º grau. Eles usavam os titulares das Varas para fazer a substituição e nessa qualidade acabei atuando muitas vezes. E isso me ajudou, de modo que não tive dificuldade em me adaptar. De início fui para a Câmara Cível, onde fiquei uns três anos. Depois fui para a Segunda Câmara Criminal, onde permaneci por cinco anos e meio. Em toda a minha carreira tive que atuar nas duas áreas, mas confesso que gostava mais da área criminal. Acho até que pelo fato de ter trabalhado como promotor na área criminal", comenta.

Entre as principais dificuldades do seu tempo, Álvaro Wandelli destaca a falta de recursos, tanto humano quanto tecnológico. "No interior estávamos sujeito a tudo. Quando íamos para o interior, era uma bagagem de roupas e outra de livros, pois já sabíamos que íamos ficar isolados. Hoje é diferente: boas estradas, internet, enfim, temos muito mais recursos", diz.

As dificuldades não paravam por aí. Em Xanxerê, em uma das muitas eleições que presidiu, Wandelli teve que se desdobrar para conter os ânimos de grupos políticos que rivalizavam entre si na cidade, ante a negativa da polícia e do próprio Exército para controlar os focos de animosidade, já que o problema também estava ocorrendo em várias outras comarcas do Estado. "Tive que me valer de guarda de trânsito, guarda de banco e de outras instituições, os quais foram por mim autorizados para que pudessem de alguma maneira me ajudar na segurança e organização das eleições. Tive que proibir determinados comícios, pedir para a polícia cercar e revistar os carros que vinham do interior e eleitores que participavam de passeatas. Foram apreendidas muitas armas, principalmente facas. Foi a eleição mais difícil. E ressalto que nem por isso alguns políticos deixaram de fazer determinadas denún-

cias contra os juízes, que estavam coibindo condutas inadequadas", sublinha.

Entre as qualidades que formam um bom magistrado, o desembargador Álvaro Wandelli Filho destaca: coragem; preparo intelectual, para que não perca muito tempo em um processo, pois são muitas causas que ele precisa dar conta; e honestidade. "Essas são as qualidades fundamentais", completa.

Tamanha experiência também serviu de lição para aqueles que privaram do seu convívio. Tanto que muitos de seus assessores hoje são juízes, procuradores, membros do Ministério Público. "Eles ficavam pouco tempo comigo, faziam concurso e já iam saindo", conta.

Entre eles, está o juiz João Marcos Buch, atualmente lotado na 2ª Vara Criminal da Comarca de Joinville, que guarda com enorme carinho e gratidão as lições do mestre. "Recém egresso dos bancos da faculdade de Direito, fui convidado para trabalhar com o desembargador Wandelli, onde após breve período como assessor de assuntos específicos passei ao cargo de secretário jurídico. Além do conhecimento jurídico ímpar do desembargador, aprendi lições para além dos livros de Direito e que trago comigo por todos esses anos de magistrado. No auge de minha juventude questionadora e crítica aprendi a respeitar o trabalho dos magistrados de primeiro grau, sobre os quais os recursos batiam às portas do gabinete. Também aprendi que somente valorizando o ser humano que existe por trás dos autos, com ponderação e bom senso, é que se consegue alcançar justiça. Aprendi, ainda, que o magistrado precisa também destinar sua atenção ao mundo e aos seus mistérios e que o Direito não é a única fonte de conhecimento. Admiro muito o desembargador Wandelli. Tenho certeza de que sua caminhada continuará sendo iluminada, como sempre", elogia o juiz João Marcos Buch.

De modo geral, o desembargador Álvaro Wandelli Filho considera que a magistratura catarinense tem cumprido o seu papel a contento, prestando relevantes serviços à sociedade do Estado e à comunidade jurídica como um todo. Para ele, os cursos preparatórios para ingresso na magistratura instruem cada vez melhor os jovens que querem seguir a referida carreira. "Neste sentido, quero cumprimentar a ESMESC pelo importante trabalho que vem desenvolvendo. Não é apenas um curso intelectual e teórico, mas também prático, por conta da 'Residência Judicial'. No final do curso, o aluno já vai participar como integrante da comarca, nos gabinetes dos juízes, vai participar de audiências, enfim, já vai poder auxiliar o Poder Judiciário na tarefa de distribuir justiça", comenta.

Para além de todas as dificuldades do seu tempo como julgador, Álvaro Wandelli vivenciou outra experiência fascinante, uma transição interior, por assim dizer, que lhe transformou num magistrado notável, admirado por todos os seus pares. Trata-se de uma evolução para uma postura mais humanista, sem deixar, é claro, de observar os ditames legais. "Isso foi objeto da minha evolução como magistrado. No início da minha carreira eu era mais apegado a norma legal. A todo tempo o magistrado sempre tem que levar em consideração a norma jurídica, evidentemente. Mas, quanto mais experiente a gente se torna, mais livre a gente fica e se torna mais competente no sentido da interpretação da lei. E essa interpretação faz com que possamos temperar o rigor da lei de tal modo que a norma fria seja aplicada de uma maneira mais benéfica, mais suave, levando em consideração uma série de fatores que participam da gênese do caso que está sendo observado. Isso aconteceu comigo e acontece com os demais magistrados. É preciso ter uma compreensão aberta para se considerar todos os elementos e não julgar um caso como fato isolado e fragmentado. Está tudo incluído em uma gênese geral, pois a vida é uma teia de acontecimentos. O homem não está sozinho. Nada acontece isoladamente. Tudo é fruto de uma grande rede de influências para se chegar a um resultado", discorre.

O magistrado acrescenta que essa mudança de comportamento lhe abriu outras portas. "Houve também uma evolução interna minha no sentido de ficar mais ligado à humanidade. A medida em que fui envelhecendo, quanto mais me tornava experiente com a vida, como homem, como chefe de família, como profissional, como homem de sociedade, eu fui me tornando mais compreensivo em relação ao verdadeiro sentido da vida", diz.

Amante da poesia, da filosofia e estudioso das religiões, história e ciências, Wandelli sempre se manteve ativo intelectualmente. Produzia artigos para várias revistas e jornais, tem obras publicadas e ainda hoje escreve seus poemas. Aliás, o desembargador vai participar de uma publicação coletiva, cuja obra será lançada em São Paulo, bem como concorre com três de seus poemas em um concurso de poesias aqui em Santa Catarina. Recentemente, ele também participou de um encontro promovido por entidades que atuam no tratamento de dependentes químicos. "Sempre tive tendência para o trabalho. Gosto muito de trabalhar. Hoje trabalho tanto quanto antes. A diferença é que pude me dedicar mais a outras áreas de pesquisa que antes o trabalho da magistratura não me permitia. O meu objetivo é buscar sabedoria, buscar conhecimento. A lição que eu tiro desses anos todos de estudo é que o conhecimento é fundamental para que o homem possa descobrir a ele mesmo, ao universo, a Deus, a sua origem, a sua vida e o que ele veio fazer aqui na Terra. A gente deve viver a vida em busca de respostas. E nunca há uma resposta definitiva, pois o universo é relativo. Nada é absoluto nesse mundo. A vida não acaba com a morte. O corpo físico sim, mas a essência, o intelecto, a personalidade, a alma, esta fica e, posteriormente, retorna para continuar a tarefa que começou. Pois tem toda uma evolução à frente. O homem deve sempre ir se aperfeiçoando. Existem vários caminhos para o homem encontrar a si mesmo e à sua meta final. Alguns desses caminhos estão capitulados a um sistema que eu chamaria de teológico e outros que são mais abertos, mais esotéricos. Mas, de um modo geral, todos os caminhos religiosos e esotéricos são bons, à medida que for para aproximar criatura do criador. Cada um conta com a escola com a qual mais se identifica", sublinha.

A aproximação com as ciências esotéricas, aliás, também lhe ajudaram no árduo exercício da jurisdição. "Os estudos filosóficos que tive oportunidade de fazer profundamente como membro integrante de escolas filosóficas como a AMORC (Antiga e Mística Ordem Rosa Cruz), escola muito antiga que teve início no Egito, me ajudaram muito na minha caminhada. O ser humano comanda melhor aqueles fatos da sociedade que ele é levado a dar a sua influência quando expande os seus conhecimentos. E o magistrado tem uma oportunidade enorme nesse sentido. Pois ele não só é um profissional dentro do fórum, mas fora dele também. Todos nós recebemos constantemente os influxos da influência Divina. Uns recebem mais outros menos, de acordo com a evolução de sua alma, sua mente, seu caráter. E isso é muito importante, pois no dia a dia tudo isto se constitui num auxílio enorme para enfrentarmos as dificuldades que a vida nos impõe", frisa.

Os dias de Álvaro Wandelli Filho como desembargador aposentado nunca são iguais. É dividido entre exercícios físicos moderados (caminhadas e em breve sessões de RPG) e leitura de livros sobre filosofia, ciências e poesia. Durante o ano, mora no Centro de Florianópolis. E há sete anos, ele desfruta junto com a família de sua belíssima casa de veraneio construída no canto direito da Praia da Solidão. A vista para o mar é deslumbrante. "Isso aqui é uma daquelas coisas que não tem preço. Aqui temos intimidade com as árvores, pássaros, enfim, com toda a natureza", conta.

Pouco antes de encerrar a entrevista, ele me pede encarecidamente para frisar no texto que sempre contou com o apoio da esposa (sua secretária natural) e dos cinco filhos (Leonardo, juiz do Trabalho no Paraná; Álvaro, assessor do TRT em SC; Raquel e Cristiana, jornalistas em SC; e Elisa, bióloga, atuando em Manaus) e nove netos. "Em todos os momentos eles estiveram ao meu lado, de modo que sou muito grato a todos por todo amor e carinho que eles sempre me dedicaram", declara.

Peço, então que ele deixe uma mensagem para a magistratura catarinense, que certamente ficará ávida para conhecer um pouco da trajetória deste ilustre desembargador, verdadeiro exemplo de pai, magistrado e cidadão, em quem seguramente não só seus familiares, mas todos nós podemos nos espelhar. "Faço votos a todos os membros da magistratura que continuem trilhando o caminho certo até agora palmilhado de estudos sérios, buscando se gabaritarem cada vez mais para uma prestação jurisdicional sempre mais rápida e de qualidade", finaliza, com a voz baixa, muito baixa, dessas que são difíceis de escutar, mas impossíveis de esquecer...

Fabrício Severino

O Sítio da Solidão

Um lugar para o exercício da esperança,
onde nossa estirpe sonhe
e a nova geração se expanda.

Bocas de pitanga e risos
subindo trilhas do paraíso,
nossos meninos descobrindo
tesouros de amoras escondidos.

Da água pura bebemos
diretamente na fonte,
mas súbito um anu assustado
deixa no ar suas penugens.

Gelado e imperdível,
jamais foi preterido
o banho de cachoeira.
Embaixo d'água espera
uma passagem secreta
que leva ao reino invisível.

Surfistas que domam o mar
equilibrados em suas pranchas
cavalgam na crista das ondas,
montando cavalos de prata.

Campo de rosas na primavera
para os pássaros e libélulas,
como não cantar o vento
no bambuzal silvestre?

Ao contemplar o mar, da varanda,
eis que uma baleia franca
lança no ar um esguicho.
No corpo enorme que passa,
ciente da própria grandeza,
vislumbra-se no olhar a vaidade.

Cada noite a lua se evade
de medo que a aurora
venha expor toda a beleza
que o mundo tanto deseja.

Mesmo que assim escape
entre nuvens, cada fase,
não poderia ela mostrar-nos,
pelas frestas, a outra face?

Com as asas do pensamento
no céu das gaivotas,
assumo um gavião do ermo
no rumo do sol poente.

Se nenhuma voz cantasse,
se nenhum olhar se deslumbrasse,
que seria dos tucanos e das flores?
Quem pintaria suas cores
e contaria seus segredos?

Álvaro Wandelli Filho

Esmesc realiza entrega de certificados aos formandos dos Módulos I, II e III

Solenidade contou com a presença do presidente do Tribunal de Justiça de SC, desembargador Trindade dos Santos

A Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina – ESMESC realizou, na noite do dia 14/12, no auditório da AMC/ESMESC , a 77ª solenidade de entrega dos certificados aos 72 alunos concluintes dos Módulos I, II e III do seu Curso de Preparação à Magistratura.

A cerimônia contou com a presença do Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, desembargador José Trindade dos Santos, do diretor geral da Esmesc, juiz Silvio José Franco, do diretor da Academia Judicial, desembargador Jaime Ramos, magistrados, professores, familiares e amigos.

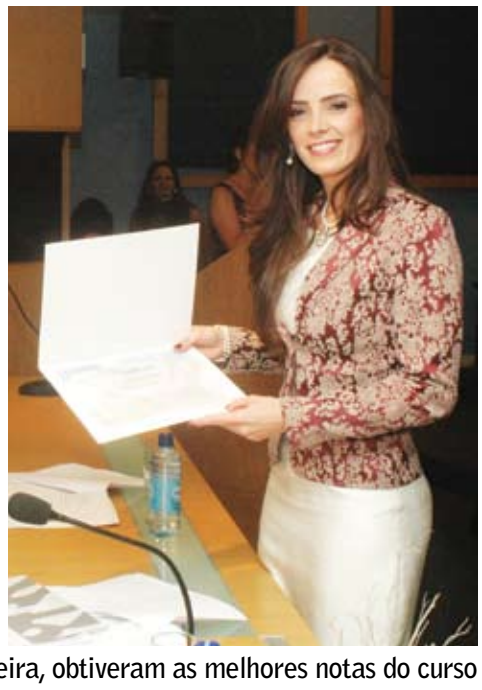
O diretor geral da ESMESC fez a abertura do evento saudando os presentes. "Com certeza, este é um momento de reflexão para a tomada de consciência de que não há mágicas mirabolantes para aprender, mas sim o esforço persistente e a dedicação incansável ao estudo cotidiano, sem perder o foco da atenção à dinamicidade da própria vida que requer a leitura atenta daqueles que estão destinados a interpretar os fatos à luz do Direito", ressaltou.

O presidente do TJ/SC, desembargador José Trindade dos Santos e o diretor da Academia Judicial e professor da Esmesc, desembargador Jaime Ramos também discursaram aos presentes parabenizando os alunos pela formatura. Após a entrega dos certificados, as alunas Caroline Köhler Teixeira (Módulo II) e Aline de Almeida (Módulo I), que obtiveram as maiores notas do curso, respectivamente, 9.87 e 8.09 foram homenageadas com o certificado de Honra ao Mérito. A noite foi encerrada com um coquetel.

"Não há mágicas mirabolantes para aprender, mas sim o esforço persistente e a dedicação incansável ao estudo cotidiano"

Juiz Silvio José Franco, diretor geral da Esmesc.

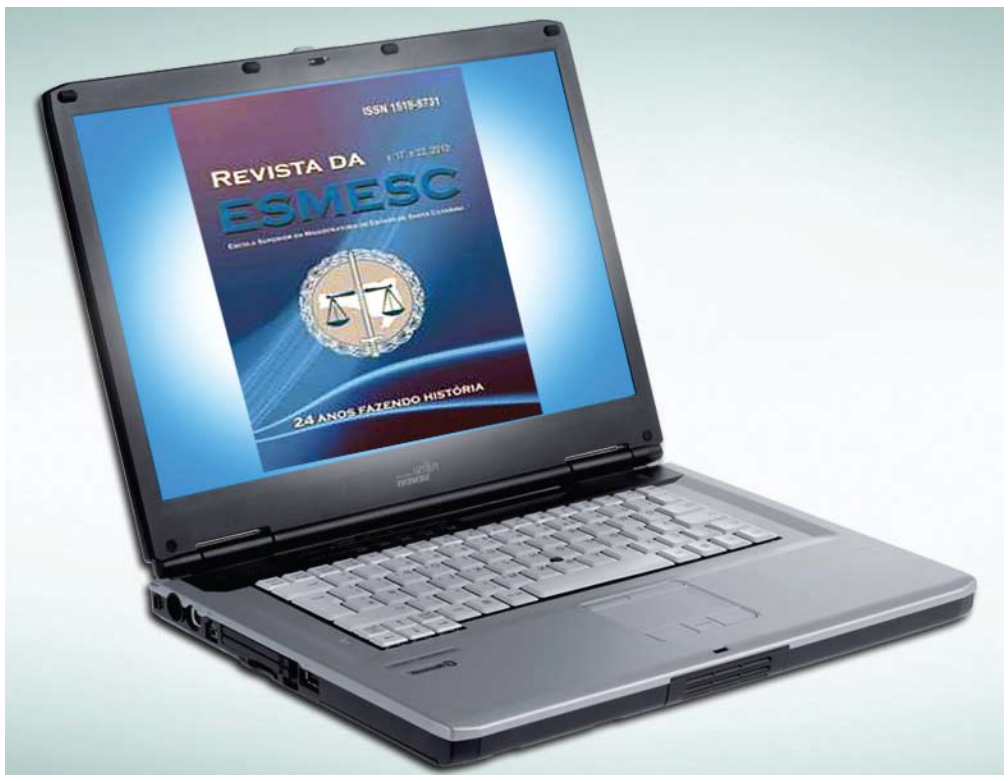
Fotos: ESMESC



As alunas Aline de Almeida (à esquerda) e Caroline Köhler Teixeira, obtiveram as melhores notas do curso

2011: ESMESC lança revista eletrônica

Publicação, agora na versão *online*, fornece à comunidade jurídica subsídios para questões do cotidiano forense



Desde 1995, a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina publica a Revista da ESMESC, um periódico editado regularmente em versão impressa que divulga artigos na área das ciências jurídicas, destinado a toda comunidade jurídica. Nele, pode-se encontrar subsídios para questões do cotidiano da lide forense. Sua última edição, lançada em dezembro 2010, contempla 18 artigos fruto da produção intelectual de magistrados, professores e estudantes de Santa Catarina, com temas variados que desafiam a inteligência do leitor, contribuindo à construção do pensamento jurídico e à formação acadêmica.

A direção da Escola, objetivando dar continuidade ao processo de modernização da instituição que teve seu marco inicial com o lançamento do Portal da ESMESC em maio/2010, seguido do lançamento da "ESMESC Virtual", em setembro do mesmo ano, que implantou a modalidade de Educação à Distância, com aulas *online*, lança agora a Revista Eletrônica (versão *online* da revista impressa), honrando-se em ser a pioneira entre as Escolas de Magistratura do Brasil a adotar essa ferramenta de divulgação de trabalhos científicos por meio do portal de periódicos da CAPES.

Acompanhando a tendência mundial de globalização, entre as facilidades, destacam-se a versatilidade e o ilimitado alcance da Revista nessa versão, favorecendo maior proximidade entre a Escola e os associados, os alunos e a comunidade jurídica em geral, além de contribuir para economia ecológica.

A Revista foi desenvolvida através do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), software desenvolvido para a construção e gestão de publicações periódicas eletrônicas utilizado por inúmeros periódicos científicos brasileiros na *web*.

Escola comemora o Jubileu de Prata em julho

Em 2011, a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina – ESMESC comemora seus 25 anos de fundação e a Direção programou várias atividades com o intuito de comemorar em grande estilo essa conquista.

Fundada em 28 de julho de 1985 e contando com mais de duas centenas de magistrados egressos de seus bancos escolares, a Esmesc tornou-se referência nacional pelos excelentes serviços prestados ao longo de todos esses anos, vez que tem capacitado alunos de todo o Estado para o Concurso da Magistratura, bem como para o exercício de diferentes carreiras jurídicas, além de contribuir para o aprimoramento profissional de diversos segmentos profissionais envolvidos com o Poder Judiciário Catarinense. "O Jubileu de Prata da Esmesc será um marco histórico onde além de homenagearmos àqueles que contribuíram para a construção de sua história, também será oportunidade de promover um espaço cultural com várias atividades que visam valorizar o talento de magistrados e alunos da Esmesc", afirma o diretor geral, juiz Silvio José Franco.

Para comemorar o seu Jubileu de Prata serão realizados diversos eventos científicos e culturais distribuídos durante todo ano, destacando-se dessa programação uma Solenidade Especial de Entrega de Certificados que será realizada no mês de julho, na qual também será entregue a Medalha de Mérito Acadêmico aos profissionais que contribuíram para a história da Escola. O IV Encontro Estadual de Alunos da Esmesc também terá uma programação especial, promovendo-se inclusive concursos culturais e mostras de talento. Para este ano, também está programada a realização de duas edições da Jornada ESMESC, uma em maio e outra no mês de setembro. Em breve, toda programação será divulgada.

Programação

21 de Maio
VI Jornada ESMESC

27 Julho
Solenidade de Conclusão dos Módulos I, II e III
Aniversário de 25 anos de fundação da Escola

28 e 29 de Julho
IV Encontro Estadual de Alunos da ESMESC

24 de Setembro
VII Jornada ESMESC

Futebol como válvula de escape

Magistrado classifica o esporte como uma maneira de unir boa parte dos colegas de classe

Há sete anos integrando a magistratura catarinense, o juiz Ezequiel Rodrigo Garcia (31) nunca abandonou o seu hobby favorito: o futebol. Desde criança, Ezequiel sempre preferiu o futebol a qualquer outra atividade física e ressalta que o esporte nunca afetou seus estudos, pelo contrário, contribuía de forma decisiva na assimilação dos conhecimentos ministrados nas salas de aula.

Cresceu praticando a principal brincadeira da infância e com 10 anos começou a jogar futsal em diversas equipes da Grande Florianópolis, participando de inúmeros campeonatos. Só participava de jogos quando as aulas permitiam, pois os estudos sempre estiveram em primeiro plano.

Já na faculdade, o magistrado tomou posse no cargo de Comissário da Infância e da Juventude, na Comarca de Palhoça, e passou a disputar os Jogos do Judiciário (antes, Jogos da Família Forense), conquistando amizades em todas as Comarcas do Estado. Mesmo durante o tempo de preparação para o concurso de ingresso na magistratura, Garcia não abandonou o futebol. "Encontrava no esporte uma válvula de escape para a sobrecarga de trabalho e estudo", conta.

Após tomar posse como juiz, continuou a disputar campeonatos amadores de futsal e futebol de campo em cidades como Imbituba, Palhoça, Campo Erê, Sombrio e São Miguel do Oeste.

"Na AMC, encontrei um grupo de magistrados igualmente apaixonados por futebol. Logo fui convidado a participar do time da associação, pela qual aprendi a ter profundo respeito e admiração. Foi assim que conheci grande número de juízes de todo o Brasil e fiz boas amizades", relata o magistrado.

De acordo com Garcia, apesar de ser um Estado com um número pequeno de juízes, em comparação com os demais, Santa Catarina tem obtido excelentes resultados nos últimos anos, e hoje figura no segundo lugar no ranking de futebol livre da AMB (atrás apenas do Rio de Janeiro), graças ao empenho dos dirigentes da entidade e ao esforço de todos os atletas.

Na magistratura catarinense, há bons jogadores de futebol em todas as idades, e a AMC oferece espaço para que todos participem dos campeonatos organizados pela AMB, que se dividem nas seguintes categorias: livre, máster (com idade mínima de 38 anos), sênior (com idade mínima de 48 anos) e super-sênior (com idade mínima de 55 anos).

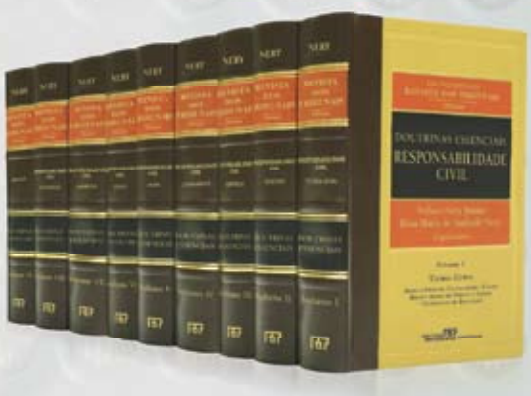
"Além de contribuir para a melhora da capacidade cardiorrespiratória e de concentração, tem incrível capacidade de liberar a mente do estresse cotidiano e, principalmente, de aproximar as pessoas. É impressionante o número de amigos que a gente consegue fazer jogando futebol. E os amigos, tantos, são o principal legado que o futebol de todos esses anos me deixou, sem dúvida."

Ezequiel Rodrigo Garcia

Fotos: Rádio Peperi

LANÇAMENTOS RT

RESPONSABILIDADE CIVIL
DOUTRINAS ESSENCIAIS
NELSON NERY JUNIOR E ROSA MARIA DE ANDRADE NERY
ORGANIZADORES

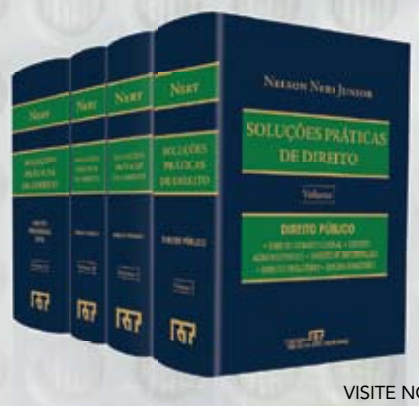


OBRA COMPLETA
9 VOLUMES DE LUXO
PARA SISTEMATIZAR O PERMANENTE E O PRÁTICO.
Mais de 450 doutrinas selecionadas.

Preços imbatíveis Consulte-nos
Entrega gratuita para todo Estado.

SOLUÇÕES PRÁTICAS DE DIREITO
NELSON NERY JUNIOR

OBRA COMPLETA
4 VOLUMES DE LUXO
PARA SISTEMATIZAR O PERMANENTE E O PRÁTICO.
MAIS DE 4.000 PÁGINAS



VISITE NOSSO HOT SITE
www.rt.com.br/solucoes

NOSSA CAASC Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina

FLORIANÓPOLIS • Centro
Rua Prefeito Osmar Cunha, 91
Tel.: (48) 3222-4241/3333-5656

FLORIANÓPOLIS • Sede OAB • Agronômica
Avenida Beira Mar Norte, 4.860 • c/ estacionamento
Tel.: (48) 3239-3555 / 3239-3528

BLUMENAU • Centro
Rua XV de Novembro, 1.502
Tel.: (47) 3322 2905

CHAPECÓ • Sede OAB • Centro
Rua Marechal José Bormann, 613 E • Sala 01
Tel.: (49) 3324-6364 / 3323-8092

CRICIÚMA • Centro
Av. Getúlio Vargas, 465 • Sala 01
Tel.: (48) 3439-3226

JOINVILLE • Centro
Rua Alexandre Doehler, 348 Loja 02
Tel.: (47) 3422-1048/6987

Agenda do presidente

Confira alguns dos compromissos da agenda do presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), juiz Paulo Bruschi, no mês de dezembro.

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
			1 Expediente da AMC.	2 Expediente da AMC.	3 Congresso Estadual de Magistrados Local: Costão do Santinho Resort, em Florianópolis	4 Congresso Estadual de Magistrados Local: Costão do Santinho Resort, em Florianópolis
5 Congresso Estadual de Magistrados Local: Costão do Santinho Resort, em Florianópolis	6 Das 9h às 12h - Encontro com as Associações Estaduais promovido pela Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília. Local: Plenário CNJ - Brasília.	7 17h - Solenidade de Posse dos Desembargadores: Soraya Nunes Lin, Sônia Maria Schmitz, Paulo Roberto Camargo Costa e Henry Petry Júnior. Local: Sala de Sessões do Tribunal Pleno.	8 Expediente da AMC.	9 10h - Ato de entrega da reforma e ampliação do Fórum Dr. Ivo Evaristo de Carvalho e instalação da 2ª Vara da comarca de Maravilha. Local: Maravilha – SC. 16h - Solenidade de Instalação da 2ª Vara da comarca de Xaxim. Local: Xaxim – SC.	10 10h - Solenidade de instalação da Vara da Família, Infância e Juventude, do Juizado Especial Criminal e de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, e da 4ª Vara Cível da comarca de Chapecó. Local: Chapecó – SC 15h - Solenidade de Instalação da Vara da Família, Órfãos, Sucessões, Infância e Juventude da comarca de Concórdia. Local: Concórdia - SC	11
12	13 14h - Solenidade de Instalação do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Jaraguá do Sul. Local: campus da UNERJ - Jaraguá do Sul 18h - Solenidade de Instalação das 5ª e 6ª Varas Cíveis e da 2ª Vara de Direito Bancário da comarca de Joinville. Local: Joinville – SC	14 Expediente da AMC.	15 9h - Tribunal Pleno. Local: Tribunal de Justiça - TJ/SC.	16 Expediente da AMC. 20h - Sessão Solene de Diplomação dos Candidatos eleitos nas Eleições 2010 para os cargos de Governador, Vice-Governador, Senadores e seus suplentes, Deputados Federais e Estaduais. Local: Centrosul.	17 15h - Solenidade de Instalação da Vara de Execuções Fiscais Municipais e Estaduais, e do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da comarca da Capital. Local: Salão do Júri do Foro Central.	18
19	20 Recesso de fim de ano.	21 Recesso de fim de ano.	22 Recesso de fim de ano.	23 Recesso de fim de ano.	24 Recesso de fim de ano.	25
26	27 Recesso de fim de ano.	28 Recesso de fim de ano.	29 Recesso de fim de ano.	30 Recesso de fim de ano.	31 Recesso de fim de ano.	

Congresso Estadual de Magistrados

Fotos: Fátima Maceno

A Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) realizou, de 3 a 5 de dezembro, o tradicional Congresso Estadual de Magistrados, nas dependências do Costão do Santinho Resort, em Florianópolis. Na abertura, o presidente da AMC, juiz Paulo Ricardo Bruschi, saudou os magistrados presentes e ressaltou a importância do encontro anual, como forma de, a um só tempo, promover a confraternização e o aprimoramento profissional. O presidente aproveitou a oportunidade para relatar as principais realizações no ano de 2010.

A solenidade de abertura contou com a palestra: "Panorama do projeto do novo Código de Processo Civil - CPC", ministrada pelo juiz de Direito de 2º Grau do TJ/SC, Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, e pelo desembargador do TJ/PE, Frederico Ricardo de Almeida Neves, que visou esclarecer pontos sobre o Projeto do novo Código de Processo Civil (PLS 166/2010).

Comarca da Capital

O presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), juiz Paulo Bruschi, participou no dia 17 de dezembro da Solenidade de Instalação da Vara de Execuções Fiscais Municipais e Estaduais, e do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da comarca da Capital. O evento foi realizado no salão do júri do Foro Central.

AMC e ASTJ fazem amistoso

O time de futebol da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) venceu, no dia 25 de janeiro, por 7 x 4, a equipe da Associação dos Servidores do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (ASTJ), em jogo amistoso, realizado na sede balneária da AMC, na Cachoeira do Bom Jesus, em Florianópolis.

A AMC entrou em campo com o mesmo time que se sagrou campeão em novembro do ano passado, em São Luís do Maranhão, no 18º Campeonato Nacional de Futebol dos Magistrados, categoria livre. Após o jogo, os participantes foram agraciados com um jantar, oferecido pela presidência da AMC, em homenagem ao time catarinense, pela conquista do título nacional inédito de futebol. O presidente da AMC, juiz Paulo Ricardo Bruschi, agradeceu a presença de todos e enalteceu a equipe campeã pela brilhante conquista. O juiz Ezequiel Rodrigo Garcia, por sua vez, falou em nome do time, ocasião em que agradeceu o apoio da presidência aos atletas e o empenho de todos os colegas, bem como destacou a importância do esporte para o congraçamento e união entre os magistrados.

Fotos: Fabrício Severino

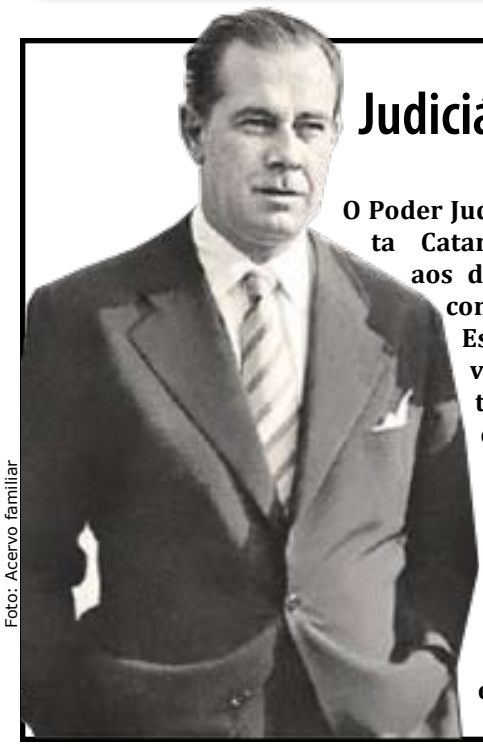


Foto: Acervo familiar

Judiciário perfila-se aos demais Poderes em homenagem ao ex-governador ARS

O Poder Judiciário de Santa Catarina perfila-se aos demais Poderes constituídos do Estado, e aos diversos segmentos da sociedade civil catarinense, nos festejos pela passagem do que seria, caso estivesse vivo, o 100º aniversário de nascimento do ex-governador, político, advogado e empresário Aderbal Ramos da Silva, transcorrido no último dia 19 de janeiro.

Férreo defensor do Poder Judiciário de nosso Estado, com a independência e altivez que lhe eram características, exerceu o governo estadual de 1947 a 1951 – foi o primeiro mandatário estadual eleito após o golpe de 1937. Suas ligações com a magistratura barriga-verde são de berço. Era filho do juiz João Pedro Ramos da Silva, que, em 23 de abril de 1920, tornou-se desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. A posse de seu pai ocorreu durante a presidência do desembargador Vasco Albuquerque Gama.

Aderbal, em sua formação acadêmica e em seus primeiros anos de profissão, atuou na área jurídica. Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, em 12 de março de 1932. Inscreveu-se no quadro de advogados da OAB/SC em 22 de julho do mesmo ano, sob o número 42. Exerceu o cargo de presidente da seccional catarinense da OAB no período de 15 de janeiro de 1941 a 27 de fevereiro de 1947.

Já naquela época, relatam os historiadores, apontava a necessidade de encontrar soluções que levassem à prestação da tutela jurisdicional de maneira célere e eficaz, fazendo com que a sociedade catarinense pudesse continuar a crer na justiça e na imparcialidade das decisões proferidas pelos membros do Judiciário catarinense - sempre um dos mais conceituados do país.

TJ é campeão da 25ª edição dos Jogos do Judiciário Catarinense

A delegação dos servidores do Tribunal de Justiça sagrou-se campeã geral da 25ª edição dos Jogos do Judiciário Catarinense, realizado de 11 a 14 de novembro na cidade de São Miguel do Oeste, sendo a sua sexta vitória consecutiva com o mesmo título.

Composta por 77 atletas, participantes nas mais variadas modalidades esportivas, a delegação contou com a coordenação geral da ASTJ - Associação dos Servidores do Tribunal de Justiça.

"Parabenizamos a comissão organizadora dos jogos da comarca de São Miguel do Oeste, pela eficiente organização, assim como a todos os atletas participantes pela demonstração de alto espírito esportivo e social, promovendo o congraçamento entre servidores, magistrados e advogados das comarcas do Estado."

Comissão Organizadora da Delegação da ASTJ.

Foto: ASTJ

ALMA FEMININA

Câncer de Pele

Cuidados

A radiação ultra-violeta (RUV), produzida pela luz solar, é essencial para a preservação do calor e da vida. Porém, em função dos buracos da camada de ozônio, a exposição exagerada ao sol pode causar vários danos à pele, inclusive o câncer da pele. Essa radiação é classificada como um carcinógeno completo (agente que promove e desenvolve os tumores). É subdividida em UVA, UVB e UVC, sendo que os dois primeiros espectros de onda são causadores de tumores, queimadura solar e envelhecimento cutâneo. A radiação UVC não chega à terra. As variações dos índices de RUV dependem da existência de nuvens na atmosfera, posição geográfica, sazonalidade e hora do dia. Entre 10 horas e 14 horas as radiações são mais lesivas a pele, devido à maior quantidade de UVB e UVA.

FIQUE SABENDO:

• **O que é câncer de pele?**
Câncer da pele é o crescimento anormal e descontrolado das células que compõem a pele. Estas células se dispõem formando camadas e, dependendo da camada afetada, teremos os diferentes tipos de câncer. O exame dermatoscopico é útil na prevenção e diagnóstico do câncer de pele. Evita retiradas desnecessárias de pintas (cirurgias). Para prevenir-se dos efeitos da radiação solar no dia-a-dia é recomendável o uso de protetores solares, roupas e chapéus.

• **O que é dermatoscopia?**
Trata-se de recurso diagnóstico empregado na avaliação clínica das lesões pigmentadas cutâneas, ou seja, todos os sinais da pele cuja coloração varia do marrom claro ao preto. Incluem-se neste grupo as pintas ou nevos, nas suas diferentes formas (juncional, composto, intradérmico, atípico, azul, Spitz, Reed), a queratose seborréica e dois tipos de câncer de pele, o carcinoma basocelular e o melanoma cutâneo. Permite uma avaliação melhor das "pintas", porque mostra detalhes que não são vistos a olho nu. O médico vai indicar quais as lesões que devem ser retiradas e quais as lesões que devem ser monitoradas. Para realização do método, utiliza-se o dermatoscopio, que aumenta a lesão em 10x. O exame é feito no corpo todo, é rápido e indolor. Todas as pessoas devem fazer o exame, inclusive crianças, 1 x por ano de rotina.

• **Por que devemos estar atentos com as pintas e sinais?**
O número de pintas existentes em uma pessoa representa um fator de risco de desenvolvimento do melanoma, um tipo preocupante de câncer de pele. Determinadas pintas, apesar de benignas, são difíceis de serem distinguidas do melanoma, necessitando muitas vezes removê-las, produzindo cicatrizes muitas vezes traumáticas.

• **Quais os tipos de câncer de pele, e como se caracterizam?**
Os tipos mais comuns são os carcinomas basocelulares e os espinocelulares e o mais perigoso chamado de melanoma. O basocelularé o tipo mais freqüente, e representa 70% dos casos. Torna-se mais comum após os 40 anos, em pessoas de pele clara. Seu surgimento está diretamente ligado à exposição solar acumulada durante a vida; O espinocelular é segundo tipo mais comum de câncer da pele, pode se disseminar por meio de gânglios e provocar metástase (multiplicação rápida das células para outros locais do corpo). Entre suas causas está à exposição prolongada ao sol, principalmente sem a proteção adequada, tabagismo, exposição a substâncias químicas com arsênio e alcatrão e alterações na imunidade; O melanoma é o tipo mais perigoso, com alto potencial de produzir metástase. Pode levar à morte se não houver diagnóstico e tratamento precoce. É mais freqüente em pessoas de pele clara e sensível. Normalmente, inicia-se com uma pinta escura.

• **Os principais sintomas da doença?**
Existem várias apresentações diferentes de manchas na pele. A primeira forma tem uma aparência elevada e brilhante, translúcida, avermelhada, castanha, rósea ou multicolorida. A segunda tem uma pinta preta ou castanha que muda sua cor, textura, torna-se irregular nas bordas e cresce de tamanho. A terceira forma é de uma mancha ou ferida que não cicatriza.

• **O protetor solar protege a pele dos raios ultravioletas?**
Atualmente os filtros têm proteção UVA e UVB. A eficácia depende do fator de proteção, da quantidade aplicada e da freqüência da reaplicação.

• **O bronzeamento artificial acarreta prejuízos à pele?**
A Sociedade Brasileira de Dermatologia não recomenda o uso das câmaras de bronzeamento artificial para fins estéticos, pois os raios emitidos por essas máquinas podem trazer prejuízos à saúde, como envelhecimento precoce e câncer da pele.

Fonte: http://www.dicafeminina.com/saude/dermatoscopia-para-prevenir-e-fazer-diagnostico-precoce-do-cancer-de-pele

Livro "Na Terra dos Homens" homenageia avô de juiz de SC

Foto: Acervo familiar

Archimedes de Castro Faria

Reflexões em forma de poesia integram a obra "Na terra dos homens", livro publicado em homenagem ao senhor Archimedes de Castro Faria - avô do juiz Fernando de Castro Faria - por ocasião do centenário de seu nascimento, comemorado em 8 de novembro de 2010, bem como pelo seu exemplo de caráter, retidão e sensibilidade.

De acordo com o autor do prefácio, o escritor Márcio José Rodrigues, a obra é como "um grito de revolta de um cidadão que brande a poesia contra as formas de humilhação dos pobres e fracos, a exploração da raça humana ao longo dos tempos, as várias formas de escravidão bem como a escandalosa indiferença do poder".

Como forma de expor seu sentimento pelas atuais condições do homem, Archimedes escreveu inúmeros poemas que, hoje, seus filhos, noras, genros, netos e bisnetos fizeram questão de unir e publicar. "A família ficou muito orgulhosa com a obra e o legado dele (Archimedes). Com certeza, ele também ficaria se visse seus escritos em um livro", ressalta o juiz Fernando de Castro Faria, neto de Archimedes.

A iniciativa de reunir as reflexões de Archimedes foi do filho Antonio (Tuba) e do neto Fernando. Já a ideia do título partiu do editor Carlos Schroeder, em referência a algumas passagens da obra. A foto que ilustra a capa do livro é de autoria do juiz Júlio Knoll.

Ainda existem outros poemas, escritos para a esposa, que deverão formar um novo livro com uma temática voltada ao romantismo. Sua obra mais conhecida, a que caiu no coração do povo, é o hino do Coral Santo Antônio dos Anjos de Laguna, uma declaração de amor à cidade onde viveu grande parte de sua vida: "Laguna, terra querida, Celeiro de boa gente...". A letra do hino do Coral foi feita a pedido do então pároco Antonio Herdt. Archimedes relutou no início, pois nunca escrevera letra de música antes, mas em uma semana apresentou a letra que, junto com a harmonia e melodia do maestro José Acácio Santana, acabou por se transformar no hino daquele importante Coral.

Foto: Júlio Knoll

Foto do juiz Júlio Knoll ilustra capa da obra composta por poesias

Archimedes de Castro Faria nasceu em Campos, no Rio de Janeiro, em 8 de novembro de 1910. Mais tarde, já em Santa Catarina, precisamente em São Joaquim, conheceu Lília Vieira, com quem se casou e constituiu uma numerosa família. Mudou-se para Laguna em 1943, para exercer o cargo de tesoureiro do Porto de Laguna, cidade em que viveu até a data de seu falecimento, em 1997. Nela militou ativamente na vida comunitária, como vereador, literato e colaborador nos meios de comunicação.

MONITORAMENTO ELETRÔNICO

JOÃO MARCOS BUCH *

No ano de 2010 a Lei de Execução Penal foi acrescentada pela Lei n.12.258, passando a prever o uso de pulseiras ou tornozeleiras eletrônicas para condenados com direito de saída temporária ou prisão domiciliar. Sem adentrar na patente violação do fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana, num primeiro momento pode-se acreditar que houve avanço. O controle de detentos será mais efetivo, evitar-se-ão fugas e um maior número de saídas temporárias e prisões domiciliares poderão ser concedidas. Há um engano neste pensamento. A saída temporária e a prisão domiciliar já eram bem regulamentadas pela Lei de Execução Penal. Desde muito, os requisitos para o Juiz autorizar estes benefícios são o comportamento adequado, cumprimento de determinado período de pena e compatibilidade do benefício (saída temporária) e idade avançada, doença grave, filho menor ou deficiente e condenada gestante (prisão domiciliar). Ou seja, esses requisitos em última análise acentuam a intenção da lei em conferir tratamento condigno e eficiente ao reeducando, de forma a lhe permitir o gradual retorno ao convívio social livre ou a lhe amenizar situação particular de saúde. Então, se os requisitos já existem, na análise para concessão dos benefícios devem ser criteriosamente verificados e o objetivo é a ressocialização ou a preservação da saúde, por que então incluir o monitoramento eletrônico no processo? Para impedir fugas e controlar seu itinerário? Ora, se o detento satisfaz os requisitos e o juiz concede o benefício é porque acredita que ele respeitará a decisão e sempre que chamado voltará. E se por acaso o material que se avaliou para a concessão do benefício não condiz com a realidade e o detento tem intenção de fugir, uma pulseira ou tornozeleira jamais impedirá que o faça. Neste ponto aliás, o número de fugas no final de 2010 por ocasião das saídas temporárias de Natal e Ano Novo com uso de tornozeleiras, a partir de dados extra-oficiais, não foi muito maior que a média dos anos anteriores, onde não se falava em monitoramento. O sistema prisional precisa ser continuamente pensado. Mas há que se convir que a lei do monitoramento eletrônico não é eficaz, tampouco efetiva e o investimento na sua aplicação não será eficiente. Que se invista o equivalente na capacitação e valorização do servidor público do sistema penitenciário e em melhorias das prisões, há muito sucateadas. Por certo haverá então sim redução de fugas, ressocialização e principalmente respeito aos direitos humanos.

Foto: Rogério Souza

*** JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JOINVILLE/SC**

Curso de preparação para a Magistratura

Há 24 anos a ESMESC vem contribuindo decisivamente para a preparação de candidatos à magistratura catarinense, sendo reconhecida pela Constituição do Estado de Santa Catarina como curso oficial para o ingresso na carreira (art. 83, parágrafo único). O Projeto Pedagógico do Curso desenvolve-se em três módulos independentes, mas complementares no processo de aferição dos conhecimentos exigidos em provas de concursos:

Venha você também fazer parte da nossa história!

Informações
(48) 3231-3045
www.esmesc.org.br
secretaria@esmesc.org.br

Módulo I
São 360 horas de aulas presenciais, que consolidam e aprofundam os conhecimentos teóricos essenciais, distribuídos em "Tópicos Selecionados" de cada área que será objeto da prova preambular do Concurso para ingresso na Magistratura (e também de outros concursos públicos).

Módulo II
Um programa de ensino voltado ao caráter técnico e prático, com ênfase na Teoria e Prática de Sentença Civil e Sentença Penal, com base em teses de concursos anteriores. Será desenvolvido em 360 horas de aulas presenciais, contemplando também conteúdos de formação humanística, em atendimento às novas diretrizes de formação, exigidas pela Resolução nº 75/2009 do CNJ.

Módulo III
Denominado "Residência Judicial", consiste num programa de 1800 horas de atividades, com ênfase no treinamento prático em atividade jurídica, sob a orientação de Magistrados Orientadores. A carga horária será desenvolvida preponderantemente no Fórum de atuação do Juiz Orientador e outra parte será cumprida na sede da ESMESC, em forma de seminários e aulas especiais. O tempo de realização da "Residência Judicial" poderá dar-se em 12 meses (6/diárias) ou em 18 meses (4h/diárias).
Os três anos de "atividade jurídica" exigidos como pré-requisito para o concurso poderão ser cumpridos por meio da Escola, desde que o aluno se matricule em disciplina específica e cumpra a atividade nos termos previstos no Convênio 159/2009 celebrado com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Rua dos Bambus, 116 • Itacorubi • Florianópolis • SC • Telefone: (48) 3231-3045 • www.esmesc.org.br

AMC ESMESC